

O Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) chama atenção no relatório anual divulgado no domingo (26) para a elevada exposição do setor bancário brasileiro à dívida pública. Com exposição equivalente a cerca de 20% dos ativos aos papéis do governo, o Brasil faz parte do grupo de cinco nações - junto com Índia, Itália, México e Japão - onde os bancos são mais expostos às contas públicas. O cenário pode gerar vulnerabilidades, inclusive a chance de que os riscos fiscal e financeiro se retroalimentem.

Em um dos capítulos do relatório, o BIS, que funciona como um banco central dos bancos centrais, avalia a influência da política fiscal sobre a estabilidade financeira. Nesse trecho do documento, os economistas da entidade avaliam a exposição do setor bancário à dívida soberana doméstica. "Em relação aos ativos bancários, a exposição é relativamente grande no Brasil, Índia, Itália, Japão e México", cita o relatório.

Bancos dos três emergentes lideram a exposição à dívida soberana, com mais de 25% dos ativos no caso da Índia, mais de 20% no México e cerca de 20% no Brasil. Itália e Japão têm indicadores abaixo de 20%.

Ativos seguros

O BIS explica o fenômeno especialmente por três aspectos dos mercados de dívida e bancário. O primeiro é a característica de algumas dessas economias, onde os papéis do governo são considerados os ativos mais seguros do mercado local. O segundo aspecto é o próprio tamanho da dívida pública e o BIS cita que essa é uma característica do Brasil, Índia, Itália e Japão.

Por fim, o estudo aponta também para a estrutura das operações dos bancos centrais, que dá mais espaço para os papéis públicos como garantia em operações de mercado.

Sistemas bancários com grande exposição à dívida pública, diz o BIS, podem ficar mais vulneráveis à eventual deterioração das contas públicas. "A relação próxima entre bancos e o setor público cria potencial para um círculo vicioso. Nesse caso, riscos soberanos e financeiros se retroalimentam, como demonstrado na recente crise da dívida da zona do euro", cita o documento.

Diante desse risco, o BIS diz que é essencial que a regulação - classificada como "favorável" atualmente - mude para refletir os riscos dessa exposição. Mas isso não é suficiente. "Bancos podem continuar expostos indiretamente em meio à instabilidade macroeconômica que o aumento do risco soberano pode causar", cita o estudo. Dessa forma, o BIS defende que seja construída e mantida uma posição fiscal sólida desses países.

Incerteza

O diretor-geral do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), Jaime Caruana, reconhece que a saída do Reino Unido da União Europeia vai gerar consequências negativas para o funcionamento do sistema financeiro internacional, com "incerteza e ajuste" à frente. Por isso, defende que, com uma ação coordenada global, será possível passar pelo período de ajuste "da maneira mais suave possível".

Em discurso durante a reunião geral anual do BIS realizada neste fim de semana na Suíça, Caruana reconheceu que o mundo financeiro vai sentir a decisão do plebiscito anunciada na madrugada de sexta-feira.

"É provável que se abra agora um período de incerteza e ajustes", disse, ao lembrar que "o Reino Unido está estreitamente integrado à economia mundial e abriga um dos centros financeiros mais importantes do mundo".

Apesar dos problemas, Caruana demonstrou confiança de que a reação das autoridades e o

preparo dos sistemas financeiros serão adequados para conter os efeitos negativos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

[Fonte: Tribuna - Paraná Online, 27 de junho de 2016.](#)